

O SERTÃO NA LITERATURA NACIONAL: o expansionismo do projeto modernizador na formação territorial brasileira¹

LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro
Mestrando em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)
artur_ml_junior@yahoo.com.br

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza
Professora Doutora do Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)
ritacmsou@ig.ufu.br

Introdução

A presente pesquisa centra-se nas fímbrias do entrecruzamento da Geografia com a Literatura. Para tanto, vale-se, por um lado, das construções teóricas que são desenvolvidas no âmbito da Geografia Histórica e da História do Pensamento Geográfico; por outro lado, a Literatura funciona como o aporte sob o qual serão buscados os fundamentos mais gerais da noção geográfica central deste estudo: o sertão.

Cabe ressaltar, nesse sentido, que a linguagem possibilita a (trans)formação dos *saberes*, criando e/ou expressando concepções de mundo, as quais tencionam materializar-se no Real. Como instância permanente à ordem social, os discursos tornam patentes, assim, as hierarquias e os valores das estruturas sociais de que emanam, guardando uma homologia explícita com o ser social. Para além do senso comum, no qual os discursos são vistos sob o prisma de meros pronunciamentos eloquentes – e, em grande medida, artificiais ou mesmo falaciosos – a esfera discursiva implica uma exterioridade à língua e à linguagem².

O que se tem posto é, pois, que o *discurso* implica na consideração das condições histórico-sociais e filiações ideológicas dos sujeitos discursivos (ou, no caso dos literatos, sujeitos-escritores). A produção discursiva encontra-se, então, marcada por conflitos e embates que lhe são estruturais, pois as ideologias que

¹ Resultado parcial do Projeto de Pesquisa do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, no âmbito do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG-UFU). Este projeto começou a ser desenvolvido em março de 2010, sob o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² No âmbito da Análise do Discurso (AD) do Brasil, Fernandes (2008) coloca que, quando se fala em *discurso* “Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações do nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real. (FERNANDES, 2008, p.13).

interpelam os sujeitos no interior de uma sociedade são diversas, manifestando distintas *tomadas de posição* e configuração de diferentes *concepções* ou *visões de mundo*. Dentre as muitas formas que pode assumir, a Literatura se configura como um interessante aporte discursivo, uma vez que, por meio desta instância artístico-cultural, o “coro dos contentes” também encontra brechas para o desafinamento dos atores sociais inconformados e mal-ajustados: os textos literários, portanto, estão revestidos de uma *aura* que lhes confere o estatuto de importante campo estratégico para o “descortinamento” das forças e tensões pertinentes às estruturas sociais, incluindo, no que talvez sejam o mais pertinente para o presente estudo, os projetos elaborados concernentes à formação territorial brasileira.

Por conta de uma inserção obrigatória em uma dada esfera socioespacial, os discursos literários expressam *pensamentos geográficos*, os quais, segundo Moraes (2005), referem-se a discursos que substanciam o modo pelo qual uma dada sociedade, num momento histórico específico, entende o seu meio e as relações estabelecidas com ele. Esses discursos sedimentam certas concepções e difundem, segundo esse autor, valores – *ideologias geográficas* –, engendrando uma espécie de “senso comum”, uma mentalidade coletiva acerca do espaço. Destarte, a expressão do espaço, seja ela *material* ou *ideal*, reflete a historicidade de um grupo humano, fazendo emergir uma ordem espacial que pode ser bem apreendida pela *Formação Econômica e Social* (SANTOS, 1977), sendo esta consubstanciada pelo entrecruzamento de instâncias econômicas, sociais, políticas e culturais, constituindo-se em um elemento legítimo explicativo da sociedade e do seu espaço correlato.

Sob essa perspectiva, destaca-se o fato de que a noção geográfica *sertão* não expressa uma realidade fáctico-material, distinta por seus elementos naturais ou por uma determinada especificidade de paisagem humanizada, ainda que exista um imaginário acerca do qualificativo que se imputa a uma localidade como sertaneja: tal noção não se refere, pois, a um *local* (materialidade terrestre localizável, passível de ser delimitada e cartografada), mas a uma *condição* (um qualificativo básico imposto, implicando na valoração de determinadas condições locacionais), em geral a ser superada, conduzindo a contínuos processos de domínio territorial em diversos momentos históricos, calcados, sobretudo, num ideal expansionista e dialógico, uma vez que o sertão só se expressa a partir do *não-sertão*.

Partindo do pressuposto de que, em linhas gerais, o princípio de equiparação social e econômica com os centros capitalistas mundiais sempre perpassou pela formação histórica do Brasil – seja na necessidade pleiteada de *civilizar-se*, de *modernizar-se* ou, como faz reverberar mais recentemente, *globalizar-se* – tem-se que as necessidades iminentes de *engrandecimento pátrio*, cujo cenário sempre aponta para uma desvantagem no cenário internacional, perturbam constantemente o seio da heterogênea *intelligentsia* brasileira, que utilizou o campo literário como um dos suportes mais significativos e emblemáticos para dar vazão às suas angústias e aos seus contentamentos. Concordando com Moraes, os textos artístico-literários configuram-se como veiculadores de discursos que propugnam ideologias geográficas, manifestando visões de mundo acerca dos modelos mais adequados para a formação territorial e a construção da identidade nacional. Por conta dessa necessária filiação e inserção em determinadas concepções ideológicas, os textos literários expressam, em seu tempo, diversas orientações e projetos sociais, econômicos, políticos, culturais e espaciais que buscam legitimidade e mesmo materialização no território.

A partir dessas considerações, este trabalho pretende contribuir para a compreensão da construção histórica da espacialidade, articulando-se às preocupações de entendimento da formação territorial do Brasil. Para tanto, ele tenciona penetrar nos interstícios do espírito socioespacial, cultural, econômico e político dos momentos históricos das discussões e debates acerca da *modernização do sertão*, a partir dos textos literários. Levando em conta a legitimidade de tal proposta, discutir-se-á aqui a relação entre os textos literários e a expressão que os mesmos incutem acerca da consciência do espaço, favorecendo-nos a refletir sobre a essência da noção de sertão, historicamente variável e articulada com projetos estatais de ocupação/civilização/modernização. Diante disso, será esboçada uma proposição de pesquisa geográfico-literária em que se articula a prosa da Segunda Geração Modernista (os romances regionalistas da década de 1930) e as suas respectivas valorações dos diversos sertões nacionais, segundo uma manifestação de concepções que foram estimuladas ou reprimidas conforme os projetos do Estado brasileiro de superação desses sertões.

O espaço literário: o literato e a consciência do espaço

De acordo com Moraes (2008), a ciência geográfica inscreve-se em uma dualidade fundamental: a *geografia material* (a realidade concreta e materializada sob formas e arranjos geográficos dos objetos) e os *discursos geográficos* (referentes às projeções e representações sociais acerca dessa mesma materialidade). Essa dualidade permite pensar a consciência *lato sensu* do espaço a partir dos chamados *pensamentos geográficos*, pois estes envolvem os discursos cultos que versam sobre o espaço e a superfície terrestre, sejam eles integrantes das esferas da Literatura, da Filosofia ou da Ciência *strictu sensu* (falando-se, neste caso, mais especificamente da Geografia acadêmica). Portanto, a Literatura se filia como uma representação discursiva legítima que permite resgatar os pensamentos geográficos, e suas variações temporais e espaciais, uma vez que se reveste de uma crítica e/ou projeção para a produção e/ou para o ordenamento espacial.

Diante disso, atenta-se para o fato de que as concepções teóricas acerca da produção/organização do espaço devem referir-se aos aspectos de *valorização objetiva* e de *valorização subjetiva* do espaço, aliando a perspectiva material das formas ao conjunto das representações, intenções e escolhas por trás da produção dessas mesmas formas espaciais. Isso porque o processo de produção do espaço sempre envolve uma finalidade: “as formas espaciais são produtos de intervenções teleológicas, materializações de produtos elaborados por sujeitos históricos e sociais.” (MORAES, 2005, p.16). Todavia, se a teleologia é, em última instância, um atributo do indivíduo, as escolhas feitas conscientemente por ele se dão com base em valores socialmente gestados e segundo referências bem delimitadas em termos materiais, históricos e geográficos: “as leituras individuais do mundo se fazem por parâmetros gestados pela sociedade.” (MORAES, 2005, p.17).

As relações indivíduo/sociedade e sociedade/espaço correlato buscam, em conjunto, apreender, a chamada *dialética do conhecimento*, a qual entende que a consciência do indivíduo, mesmo quando vista de forma isolada, manifesta, na verdade, valores sociais concebidos no movimento das relações estabelecidas no âmbito da sociedade (*Figura 01*). “Nesse sentido, pode-se dizer que a consciência individual é um produto social, assim como a própria armação das subjetividades.” (MORAES, 2005, p.18).

No que se refere ao estudo da produção espacial, considerando as suas fundamentações de ordem *objetiva* (materiais) e *subjetivas* (ideais), são importantes

algumas ressalvas: é preciso considerar aspectos culturais de “leitura do espaço” e aspectos do contexto histórico-geográfico, além de determinações próprias do sujeito, como a sua biografia e suas filiações ideológicas. Assim, coloca-se em foco o papel do sujeito no entendimento dos processos de (re)produção do espaço, pois tal sujeito é entendido como agente principal dessas mudanças, projetando no espaço seus interesses ao passo em que é, concomitante e dialeticamente, afetado pela (re)produção deste espaço.

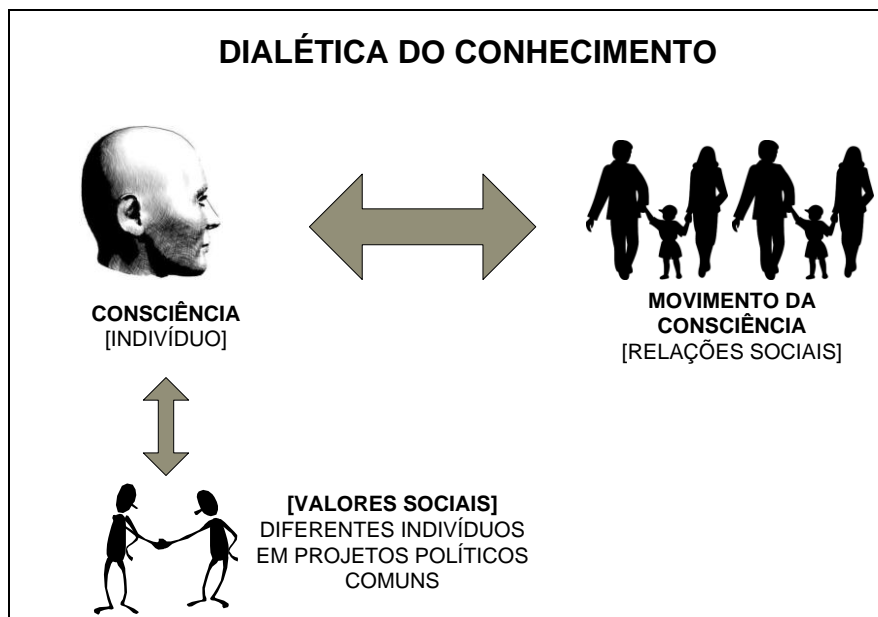


Figura 01. Movimento da consciência como expressão de valores sociais, segundo Moraes (2005)
Org.: VINAUD; LEITÃO JÚNIOR (2010).

De fato, a paisagem humana resulta de um processo dialético entre matéria (formas histórico-geográficas) e ideia (projetos dos sujeitos sociais):

As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre. Um processo ininterrupto onde o próprio ambiente construído estimula as novas construções. (MORAES, 2005, p.22).

Por ser a realidade mais imediata e que engloba a todos, a existência material é, em última instância, o referencial do qual partem as produções de cunho artístico – entre elas as obras literárias; disso decorre que, por mais que as narrativas sejam mediadas por representações simbólicas e pela dita “liberdade poética” de criação, elas possuem como suporte a materialidade expressa nas paisagens e em toda a sorte das relações humanas desenvolvidas no seio de um referencialidade espacial e temporal: pois, mesmo as ficções mais abstratas possuem uma inerente ligação –

quer seja para afirmar, negar ou (res)significar – com a existência na qual o literato se insere (VINAUD; LEITÃO JÚNIOR, 2010). Em outras palavras, na relação entre a obra artístico-literária e o seu condicionamento social, há uma fusão entre *texto* e *contexto*, segundo uma interpretação dialeticamente íntegra, sem pautar-se na explicação por fatores externos ou crer na estrutura de uma obra como virtualmente independente: o *externo* (no caso, o social) não é *causa* ou *significado*, mas sim um elemento que desempenha certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, pois, *interno* (CANDIDO, 1985).

Assim, por meio das interpelações ideológicas, os literatos não expressam uma visão individualizada de mundo, mas sim um projeto coordenado por uma visão/concepção de mundo que representam e “dão voz”. Eles se revestem, então, enquanto *indivíduos expressivos* (GOLDMANN, 1979) – isto é, intelectuais que conseguem expressar e/ou melhor discorrer, a partir de suas formulações, uma dada *visão de mundo*, compartilhada por um determinado grupo social. No caso dos literatos, as formulações se manifestam a partir de seus textos literários, sendo que estes escritos aparecem calcados, grosso modo, na maneira (comungada com seus pares) como tais intelectuais veem, sentem e imaginam o mundo, mas sem desconsiderar que suas concepções são objetivamente condicionadas pelas relações de poder e de força instauradas em uma dada formação social.

Sob essa postura, é preciso destacar que os elementos textuais – entre eles o espaço literário – não representam *ipsis litteris* a realidade objetiva, pois as “vozes” dos literatos são sempre parciais e coletivas. Portanto, tem-se como grande desafio a necessária assunção de uma postura metodológica que conserve a riqueza estética e comunicativa do texto literário, ao mesmo tempo em que preserve os significados que foram engendrados no interior da produção discursiva a partir do seio social.

Assim, ante as considerações acima, fica evidente que os discursos literários nacionais, inseridos em determinada esfera socioespacial e relevando o papel privilegiado dos literatos no seio da *intelligentsia* brasileira, não se conectam a um espaço/ambiente de forma gratuita: eles podem ser analisados enquanto expressão de um pensamento geográfico, de uma ideologia geográfica, de uma leitura do espaço, incluindo-se aí a expressão de projetos acerca da formação territorial brasileira e, no caso específico deste trabalho, como propostas para a modernização (superação) dos *sertões* nacionais.

Algumas reflexões sobre a noção de sertão

Segundo Amado (1995), o *sertão* configura-se como uma das categorias mais recorrentes ao longo da historiografia brasileira, sobretudo no período entre 1870 e 1940, quando adquiriu uma dimensão fundamental para a interpretação da nação brasileira. Na cultura, essa categoria também produz profundos ecos, sobretudo na seara artístico-literária, onde povoa obras desde a poesia e prosa românticas do século XIX (sobretudo em José de Alencar e Bernardo Guimarães), passando por escritores realistas e/ou naturalistas (como Franklin Távora, Coelho Neto e Afonso Arinos), e da “geração de 30” (Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado etc.), culminando em Guimarães Rosa. “A literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, funda e definitivamente, o imaginário brasileiro.” (AMADO, 1995, p.146).

Esta autora ainda coloca que, desde o século XII (ou, certamente, desde o século XIV), o *sertão*³ (ou “certão”) referia-se a áreas situadas no interior de Portugal, mas distantes de Lisboa. A partir do século XV, o uso desse termo se alastrou para designar os espaços vazios, interiores, dentro dos limites das áreas conquistadas recentemente ou contíguas a elas, mas sobre as quais pouco ou nada se sabia. No âmbito da formação do Império Colonial Português, as colônias portuguesas (como o Brasil) assumiram, além da concepção original lusitana – de espaços vastos, pouco habitados, longínquos e incógnitos – uma nova concepção: eram terras “sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza indomada, habitadas por índios ‘selvagens’ e animais bravios, sobre os quais as autoridades portuguesas, legais ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente.” (AMADO, 1995, p.148). Em Portugal, à medida que o império colonial foi ruindo, a categoria passou a conter, em termos oficiais semânticos, apenas a noção generalista de “interior”; no Brasil (e demais colônias), no entanto, o *sertão* não se esvaziou de seu significado político.

É preciso destacar que esta autora apreendeu o *sertão* como uma categoria, entendendo-o como um predicável que se imputa a um conceito em sua relação com

³ Amado (1995) procura estabelecer uma origem etimológica para o *sertão*: “Segundo alguns estudiosos (Nunes, 1784:428), “sertão” ou “certão” seria corruptela de “desertão”; segundo outros (Teles, 1991), proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor).” (AMADO, 1995, p.147).

materializações específicas – em outras palavras, a categorização do sertão indica, no que concerne à Geografia, uma referência espacial delimitada para este. Assim, preferimos tratar o sertão como uma noção (ou, formalmente, um conceito), ao entendê-lo como uma representação mental de um objeto, destacando-se o seu aspecto informante, sob uma perspectiva abstrata. Dessa forma, mais do que uma referencialidade material, o sertão designa uma essencialidade mais abstrata que pode referir-se a um conjunto mais amplo e concreto de localidades, sendo estas caracterizadas, a partir da perspectiva assumida, como uma ou mais categorias geográficas (território, lugar, ambiente, paisagem, região).

Essa perspectiva se coaduna com as reflexões de Moraes (2009), para o qual o sertão não se caracteriza como uma materialidade que resulta de processos naturais de modelagem de uma porção da superfície terrestre (como um bioma, um ecossistema, um compartimento geomorfológico etc.), nem, tampouco, como um espaço produzido pela sociedade (como uma plantação, vila, cidade etc.): isso significa que o sertão não é um compartimento fisiográfico – ainda que predominem o ritmo e a força naturais – ou uma paisagem culturalmente elaborada, sendo mais apropriada a correlação desses espaços com os dos “vazios demográficos” ou “terras desocupadas” (MACHADO, 1995).

O que se coloca como sustentáculo, então, é a concepção de que o sertão não é um *lugar* (no sentido de designar uma materialidade terrestre localizável, passível de ser delimitada e cartografada), mas uma *condição* (um qualificativo básico imposto, implicando no processo de valoração de determinadas condições locais), revelando ser uma *ideologia geográfica* geralmente negativa:

Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes nesse processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. (MORAES, 2009, p.89).

Por conseguinte, o que se tem é a construção de um *imaginário* do sertão, adaptado, de modo conveniente, a diferentes realidades, congregando juízos e projetos político-espaciais muito distintos. Assim, no âmbito desse imaginário podem ser identificadas recorrências que permitem encetar uma determinada essência a esta noção: ao qualificativo de sertão aparece “colada” a ideia de uma localidade com projetos de valoração futura em moldes diferentes dos vigentes até então, e,

não desvinculado a essa noção, tal qualificativo aparece como uma valoração aplicável a novos lugares ou para novas ondas colonizadoras:

O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento. Por isso, tal denominação geralmente é utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal. No geral, utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada. (MORAES, 2009, p.90-1).

Nesse contexto, o sertão só existe a partir da alteridade, quando contraposto à noção de *não-sertão* – isto é, ele assume-se como parte de uma realidade cindida e dual, adquirindo uma identidade pela ausência, a partir de sua antípoda (o não-sertão), que, em grande parte do pensamento social brasileiro, foi identificado sob a condição genérica de *litoral*. Dotado de positividade, o não-sertão atribui aos espaços sertanejos uma sensibilidade estrangeira e de interesses exógenos, tencionando transformá-lo – intenção, é preciso destacar, que perpassa inclusive as concepções positivas dos espaços sertanejos, pois, em tais posturas, a condição positiva aparece latente, adormecida, sendo necessária despertá-la (efetivá-la em realidade) por intermédio de ações intervencionistas.

Enquanto espaço-alvo de projetos, aos espaços sertanejos cabe, a princípio, a sua apropriação simbólica: faz-se reverberar, portanto, o projeto de conhecimento e divulgação, donde se destacam as práticas corográficas e cartográficas, enquanto resposta ao sertão caracterizado como uma terra pouco ou nada conhecida. Ademais, por ser o espaço do outro e da alteridade, ao imaginário qualificativo de sertão se junta a caracterização de ser um lugar isolado e distante – referenciais culturalmente variados –, lugar das diferenças (paisagísticas e, sobretudo, culturais) e território não urbanizado, *habitat* das “populações tradicionais” (DIEGUES, 1996), tais como caipiras, “bugres”, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, caiçaras etc. O universo sertanejo é, ainda, marcado pelo *modus vivendi* rural, distinto por sua dispersão e pela vida agrária e/ou extrativa; por ser estranho ao mundo citadino, impelido cada vez mais para as áreas marginais economicamente, o sertão, assim, aproxima-se da noção de fronteira, configurando-se como um *sertão-fronteira* (NOGUEIRA, 2008).

Em suma, o que está em jogo na noção de *sertão*, imputada a determinada localidade sob o olhar exógeno, é a intenção em transformar tais *fundos territoriais* (MORAES, 2000) em *território usado* (SANTOS; SILVEIRA, 2001), configurando-se

quase que como um projeto estatal-nacional brasileiro básico, uma diretriz que atravessa a nossa formação histórica. No contexto do imaginário popular, a noção de *sertão* ratifica a concepção do “país em construção”⁴. Por isso, ela não é nada ingênua, designando, pois, um qualificativo dos lugares, sempre acompanhados de projetos (sejam eles circunscritos aos ideais de *povoação*, *civilização*, *modernização* ou *globalização*), com vistas à incorporação na economia nacional – ou, em outras palavras, à integração à lógica do capital.

O sertão dos Romances da Geração de 1930: uma proposta de análise

Neste tópico, discorrer-se-á sobre uma proposta de estudo para a noção de *sertão* em obras artístico-literárias, considerando a sua construção discursiva e a sua relação com os projetos de formação e modernização do território e com o contexto histórico-geográfico interno e externo.

Segundo Moraes (2008), as primeiras décadas do século XX assistem a uma transformação da *episteme* no pensamento social brasileiro, de modo que a década de 1930 assenta um novo padrão interpretativo para o país, calcada em uma postura cientificista que se hegemoniza e que, ao integrar as velhas instituições do saber aos novos ideais de ciência, veicula a ideia da *modernidade*. Assim, a *modernização* assume o papel aglutinador das elites, outrora ocupado pelo ideal de *civilização*.

Tal conceito, central no pensamento brasileiro do século XX, reveste-se também de densa espacialidade. Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. Nesse sentido, o país podia ser novamente equacionado como âmbito espacial no qual o Estado devia agir para instalar o novo projeto nacional: a construção do Brasil moderno. E o primeiro governo Vargas, notadamente no período do Estado Novo, opera a adequação do aparato estatal para realizar tal tarefa, com a criação de órgãos, programas e normas dedicados à execução de políticas territoriais. (MORAES, 2008, p.96-7).

⁴ Moraes (2008) coloca que, na formação brasileira, todos os condicionantes da conquista espacial mantêm-se ativos desde o processo de Independência, pois o país foi, geneticamente, marcado pelo domínio de vastos fundos territoriais. Essa particularidade empresta ao Brasil um projeto estatal que, mesmo que fora constantemente renovado, assentou-se constitutivamente sob bases geopolíticas: “*Construir o país* é o mote ideológico que orienta um projeto nacional que, atravessando diferentes conjunturas e distintos atores políticos, firma-se como uma das metas hegemônicas na história do império brasileiro. A eficácia de tal ideologia advém do fato de agregar num mesmo enunciado um conjunto de valores caros às elites, entre eles a sacralização do princípio da manutenção da integridade do território nacional, valor supremo justificador de qualquer ação estatal.” (MORAES, 2008, p.93).

Dessa forma, a ditadura varguista foi um exemplo emblemático da diretriz autoritária da formação territorial brasileira, uma vez que levou a cabo, de modo integral, a máxima da tutela do povo em prol da integridade do território.

Dois elementos de grande destaque dentre as ideologias geográficas do Estado Novo foram a mitologização da hinterlândia e a emergência da temática regional como aporte central na tarefa de interpretar o Brasil. O primeiro elemento foi responsável pela valorização positiva dada ao interior do país, matriz da brasilidade e espaço que manteria resguardado o legítimo caráter nacional, fomentando uma segunda *conquista* do território pátrio a partir da chamada “Marcha para o Oeste”, agora calcada no ideal da modernização (MORAES, 2008).

Quanto ao regionalismo, a ditadura varguista realizou a primeira divisão regional nacional, constituindo-se em uma subdivisão definida pelo governo central, mediando as escalas governamentais da esfera federal e da esfera local (município). Destarte, o governo buscava reagir à tendência centrífuga representada pelo pacto federativo da República Velha, de modo que a legitimidade da brasilidade passou a ser definida a partir do somatório das culturas regionais, estratégia que “estimula um surto de construção de identidade e de criação de tradições em diferentes partes do território nacional, como estratégia mesma de alocação das elites locais no projeto de construção do Brasil moderno.” (MORAES, 2008, p.98).

Essa consolidação das identidades regionais não ficou apenas no aspecto político, pois também reverberou na esfera socioeconômica e artística. Esta foi marcada pela Segunda fase do Modernismo brasileiro (1930-1945), a qual recebeu como herança todas as conquistas da geração de 1922.

Rica em termos de produção poética e de prosa, essa fase literária nacional refletiu o conturbado momento histórico: se, no plano interno, há a ascensão ao poder por parte de Getúlio Vargas e a consolidação da ditadura varguista no período do Estado Novo (1937-45), o plano internacional é marcado pela grande depressão econômica pós-1929, pelo avanço do nazifascismo e pela II Guerra Mundial (1939-1945). Toda essa conjuntura colabora para, além das pesquisas estéticas, ampliar o universo temático artístico rumo às preocupações relativas aos destinos dos homens e ao “estar-no-mundo” (DE NICOLA, 1998).

Iniciada internacionalmente sob o forte impacto ocasionado pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, a década de 1930 assiste a um colapso do sistema financeiro internacional, gerando paralisações fabris, falências bancárias,

rupturas de relações comerciais, desemprego, fome e miséria generalizadas. Essa situação de tensão tornou-se mais aguda com o agravamento das questões sociais e com a efervescência das ideologias de cunho socialista e comunista, provocando choques político-sociais, sobretudo com as burguesias nacionais, então defensoras de um Estado autoritário e de um nacionalismo conservador, segundo uma postura de extrema-direita. Dessa forma, a década caminhou para o desenvolvimento das alas políticas nazifascistas – é o que ocorre, por exemplo, na Itália (com Mussolini), na Alemanha (com Hitler), na Espanha (com Franco) e em Portugal (com Salazar) – calcadas em um crescente armamentismo e militarismo: em linhas gerais, esse panorama contribuiu para a ocorrência da II Guerra Mundial (1939-1945).

No Brasil, a situação histórica foi marcada pela já comentada ascensão de Getúlio Vargas ao poder, colocando fim ao domínio absoluto das oligarquias agrárias ligadas ao café: foi o fim da República Velha (1889-1930). Vargas assumiu o poder após a “Revolução de 30”, iniciando um governo provisório que tinha o apoio da burguesia industrial, dos setores médios e da maioria dos tenentes – à exceção de Luis Carlos Prestes, o qual, no exílio, optara claramente pelo comunismo – que tinham encabeçado, na década de 1920, as revoltas contra as oligarquias agrárias. Assim, Vargas (candidato da Aliança Liberal, que reunia as elites de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba) assumiu a presidência apesar de ter perdido as eleições para Júlio Prestes, candidato paulista e que contava com o apoio das elites das demais Unidades da Federação.

Uma tentativa contra-revolucionária – a Revolução Constitucionalista – partiu de São Paulo, em 1932, como resultado dos descontentamentos da oligarquia cafeeira com os novos rumos político-econômicos varguistas e pelo temor das classes médias e da burguesia com as agitações populares, além da frustração com a nomeação de um interventor pernambucano para o estado de São Paulo. O clima de tensão política se alastrou com os frequentes choques entre a Ação Integralista Brasileira, grupo defensor de um nacionalismo exacerbado de cunho fascista, e a Aliança Liberal Nacional (ANL), grupo que congregava as forças esquerdistas, fundado em 1934, e que, no ano seguinte, fora considerado ilegal pelo governo por promover “atividades subversivas”.

Mesmo na clandestinidade, a ANL programou, em novembro de 1935, uma revolução de cunho militar e popular; mas, o movimento ficou restrito a três unidades militares, que logo foram derrotadas, ensejando um pretexto para o enrijecimento do

regime por parte do governo Vargas. Assim, auxiliado pelos integralistas, Getúlio iniciou a sua ditadura em 1937, no chamado Estado Novo, segundo um regime de caráter antidemocrático, anticomunista, populista e de nacionalismo conservador (DE NICOLA, 1998). Esse regime perdurou até 1945.

Todo esse conturbado contexto nacional e internacional refletiu-se na seara artística, exigindo posições políticas mais definidas e engajadas e formando um campo propício para o desenvolvimento dos romances de denúncia social e para o aumento da tensão na relação eu *versus* mundo nas composições poéticas. Os literatos partiram de encontro ao seu povo, favorecendo, ao lado da posição governamental de privilégio da escala regional, o recrudescimento do *regionalismo* no âmbito da literatura brasileira. Assim, as relações dos personagens com o meio social e com o meio natural foram levadas ao extremo, marca constitutiva dos Romances da Geração de 1930.

Nesse panorama literário encontram-se, conforme De Nicola (1998), literatos nordestinos que presenciaram a transformação do Nordeste rumo ao modelo de exploração capitalista, incluindo temáticas como: a decadência dos engenhos, devorados pelas modernas usinas; as constantes secas, acirrando desigualdades sociais e gerando o “exército de mão-de-obra”; os desmandos políticos; a miséria; a fome; os intensos movimentos migratórios etc. Todo esse temário torna-se bastante profícuo para o estudo dos diversos *sertões*, não só os nordestinos, mas também os presentes nas demais regiões brasileiras. O que se coloca em questão, nesses panoramas artístico-literários, é a necessidade e a promoção de uma superação das condições sertanejas em prol de uma inserção dos espaços assim qualificados no seio da economia capitalista nacional.

Destarte, encontram-se, nesse período literário, obras produzidas por nomes destacados da literatura brasileira, como: Rachel de Queiroz (sobretudo com *O Quinze*); José Lins do Rego (com o ‘ciclo da cana-de-açúcar’, composto por *Menino de Engenho*, *Doidinho*, *Bangüê*, *Moleque Ricardo* e *Usina*, sendo que este ciclo fora depois sintetizado em *Fogo Morto*); Graciliano Ramos (destacando-se as obras *São Bernardo* e *Vidas Secas*); Jorge Amado (com o ‘ciclo do cacau’, composto por *Cacau*, *Terras do sem-fim* e *São Jorge dos Ilhéus*); e Érico Veríssimo (destacando-se a trilogia épica *O tempo e o vento*, dividido nas obras *O Continente*, *O Retrato* e *O Arquipélago*). Essas produções literárias, dentre outras, aventam uma possibilidade de estudo entre a Geografia e a Literatura, pautando-se nos discursos

artísticos elaborados acerca das valorações – negativas ou positivas – dos espaços literários regionais/sertanejos, incluídos privilegiadamente nos projetos estatais da formação territorial brasileira.

Considerações Finais

Investigar como a noção de sertão é discursivamente tratada em obras de cunho literário significa procurar verificar nas entrelinhas em que posições e visões de mundo os literatos estão baseando-se para veicular as qualidades que procuram transparecer em seus textos. Representantes de um grupo, do qual são porta-vozes, e com um grande papel no seio da *intelligentsia* nacional, os literatos são *indivíduos expressivos* e as noções que veiculam não são, de modo algum, imparciais, ainda que não possa se imputar a elas um caráter meramente utilitário, pois perpassam a necessidade de uma gratuidade inerente às manifestações artísticas.

Ao propor um estudo das obras regionalistas/sertanistas dos Romances da Geração de 30, é preciso estar ciente de que não se pode analisar as obras *per se*, uma vez que elas estão inseridas em um contexto histórico-geográfico específico, além de serem necessárias considerações de ordem biobibliográfica para melhor entender algumas posturas e *tomadas de posição* dos literatos. Dessa forma, o *estruturalismo genético* (GOLDMANN, 1979) parece ser uma pertinente linha metodológica de investigação.

Ao construir um painel do modo de abordagem valorativa do *sertão*, torna-se possível relacioná-lo aos projetos estatais-nacionais de modernização, entendendo que a modernidade pleiteada para o território nacional se configura, de fato, como uma “atualização” de outros projetos. Caminhando rumo ao presente, segundo um entendimento da Geografia como uma história territorial (MORAES, 2000; 2008), verifica-se que o projeto da *modernização dos sertões* parece não estar completo, pois a *conquista* do território e a *construção* do país permanecem em curso, ainda que sob novas bases ideológicas, dadas por novos contextos internos e externos. É nessa perspectiva, a do entendimento dos projetos políticos assumidos no que se refere à produção e reprodução do espaço em termos de organização/planejamento territorial, que um estudo sustentado pelos pressupostos aqui discorridos, buscando o entrelaçamento entre a Geografia e a Literatura, tem muito a contribuir.

Referências

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.15, 1995. p.145-151.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história literária. 7.ed. São Paulo: Nacional, 1985.

DE NICOLA, José. **Literatura Brasileira**: da origem aos nossos dias. São Paulo: Scipione, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: Reflexões Introdutórias. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**. Trad. Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias *et alli* (orgs.) **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. O território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Ideologias Geográficas**: Espaço, Cultura e Política no Brasil. 5.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Território e História no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **Geografia Histórica do Brasil**: Cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

NOGUEIRA, Carlos Eugênio. **Nos Sertões do Poente**: Conquista e Colonização do Brasil Central. 2008. 221p. Dissertação (Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia**, n.34, p.81-100. jun.1977

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VINAUD, Naiara Cristina Azevedo; LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro. O Pensamento Geográfico em obras literárias: um esboço metodológico. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2010.